



Anais da Assembléia

Nº 37

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kieise Bordini - Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 14.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes senhores Deputados: Ademar Traiano, Carlos Simões, Cleiton Kielse (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 122/93 - oriundo do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) JOAO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de regime de urgência para o Projeto de Lei nº 163/93, oriundo do Poder Judiciário, que concede reajuste ao quadro de pessoal, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) JOAO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 118/93 constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 957

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem solicitam a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução 04/93, e a publicação da prestação de conta ao Diário da Assembléia.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença por 15 (quinze) dias para viagem cultural ao exterior, a partir de amanhã, dia 28.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação, à Con-

gregação de Associação da Imaculada Virgem Maria, fundada pela Irmã Josafate Hordachevska, pela maneira com que a qual após incorporar na sua administração do Hospital Bom Jesus de Ponta Grossa, fez com que aquele hospital tendo na superintendência a Irmã Margarida Oliva Hlachuk, na administração Wilson Cesar Abraão, como auditor o médico Carlos Augusto Marques e diretor administrativo Moacir Aparecido dos Santos, proporcionasse à população da cidade e região dos campos gerais, um atendimento rápido, eficaz, humano e cristão, a todos indistintamente, com filiados ao Consaúde, plano este que comemora um ano de sucesso, bem como aquele atendimento aos menos favorecidos e desamparados, meta esta de piedade e atenção indistinta dada pela Irmã fundadora da Ordem e seguida pelos colaboradores, funcionários e administradores do Hospital Bom Jesus.

Requer, ainda, seja dada ciência à Congregação de Associação da Imaculada Virgem Maria, fundada pela Irmã Josafate Hordachevska, do Hospital Bom Jesus da Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, Requer seja oficiado à FUNDEPAR, através de seu Superintendente, Maurício Requião, solicitação de informações sobre os motivos do não fornecimento de "carteiras" escolares ao Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, de Paranavaí, solicitadas já no ano de 1992, e que apresenta necessidade de 200 (duzentas) carteiras, tendo o educandário recebido da Fundepar a informação de que as mesmas já haviam sido despachadas, ocorrendo o fato, entretanto, de que o material não chegou no Colégio. Requer à Fundepar, ainda, a informação de quantas "carteiras" foram fornecidas (novas ou restauradas) a cada um dos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná, individualizados, nos anos de 1992 e 1993.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Muitos educandários do Estado do Paraná reclamam o fornecimento de "carteiras" escolares para seus alunos. Na competência da Fundepar, tal atribuição deveria contemplar as necessidades constatadas na rede pública de ensino. O presente requerimento busca, justamente conceber e pedir providências concernentes ao fornecimento de carteiras em estabelecimento de ensino de Paranavaí, bem como conhecer a realidade atinente a este aspecto da atribuição

da Fundepar em todo o Estado.

REQUERIMENTO N° 948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário. REQUER seja oficiada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, José Moacir Faveti, manifestação desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no sentido de atender-se reivindicação expressa em abaixo-assinado dos cidadãos do município de Pinhais no sentido de instalar-se módulos policiais próximos às escolas públicas visando a garantir segurança aos estudantes.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os cidadãos do município de Pinhais reivindicam expressamente, através de abaixo-assinado, a instalação de módulos policiais próximos às escolas públicas.

Tal aspiração é bastante legítima na medida em que a segurança pública é uma das preocupações maiores dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba. Ao Estado cabe, através do pagamento dos impostos, dar aos administrados a prestação do serviço público em quantidade suficiente para atender às suas necessidades. No caso em tela, a população diretamente reivindica às autoridades as providências que julga necessárias em razão da sua realidade.

REQUERIMENTO N° 937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a duplicação da Rodovia PR-151, trecho Castro a Sengés.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado houve por bem executar a duplicação da Rodovia PR-151, no trecho compreendido entre Ponta Grossa e Castro.

Foi louvável e muito oportuna a iniciativa do Governo Alvaro Dias, duplicando uma rodovia de movimentado trânsito e de suma importância para todo o Estado do Paraná.

No entanto, entendemos a necessidade urgente da duplicação dessa rodovia até Sengés.

Ressalte-se que a duplicação até a di-

visa com o vizinho Estado de São Paulo, possibilitaria um melhor escoamento da produção agrícola e um trajeto mais seguro para os milhares de veículos que por ali passam diariamente.

Ademais, não se pode esquecer que nos Municípios de Pirai do Sul, Jaguariaíva e Arapoti, estão instaladas indústrias de grande porte, como IGUAÇU, PISA e INPACEL, que exercitam necessária e fundamental tarefa na geração de empregos e na arrecadação de tributos para o nosso Estado.

Assim, por entendermos como de inegável justiça e de verdadeira necessidade, propomos esta obra, certos de estarmos exercendo dignamente nosso mandato e representando fielmente os anseios da população de Castro, Pirai do Sul, Arapoti, Jaguariaíva, Sengés e todos os demais municípios do Paraná.

REQUERIMENTO N° 942

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando recursos para solucionar os problemas da Escola Eugênio Malanski - Ensino de 1° Grau, na Cidade de Ponta Grossa, no Núcleo Bortolo Borsato, que se encontra com vários problemas, os quais encaminho cópia anexa discriminando-os.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 943

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do Município de Ivaí.

O Município de Ivaí, com uma área de 538 Km², um Município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 12.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A, através de seu Presidente Doutor Heitor Wallace de Melo e Silva, solicitando estudos para a instalação de um Posto de Serviços, no Distrito de Água Boa, Município de Paçandu.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato que este distrito é bastante antigo, e em sua área está centralizada a maior parte da produção agrícola do Município de Paçandu, possuindo em sua área rural e na sede do distrito mais de 5.000 habitantes, e não tem nenhuma agência bancária ou posto de serviço, obrigando sua população vir até o município para obter atendimentos bancários.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Secretário do Estado da Educação, Senhor Elias Abrahão, solicitando a construção do prédio do Colégio de 2° Grau, no Município de Boa Esperança do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Boa Esperança do Iguaçu somente é ministrado, nas dependências do Colégio Municipal de 1° Grau, a 1.^a série do 2° Grau, em razão da falta de espaço físico (do estado) para o 2° Grau. Esta debilidade de espaço tem obrigado os alunos de 2.^a e 3.^a séries (2° Grau) a se deslocarem a outros municípios, fazendo distância superior a 20 Km. Portanto, é necessária a construção do colégio de 2° Grau, na Sede, pela própria condição de ser Município, até porque, em muitos pequenos distritos já existe 2° Grau, em prédio próprio.

REQUERIMENTO N° 952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança, Senhor Moacir José Favetti, solicitando seja concluída a construção do prédio do 3° Batalhão da Polícia Militar, de Francisco Beltrão e também dotá-lo da infra-estrutura como instalação da rede de luz, água e construção da cerca da área.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O 3º Batalhão da Polícia Militar de Francisco Beltrão, está instalado em local sem as mínimas condições, pela precariedade do prédio e sobretudo pelo limitado espaço físico disponível. Cumpre-nos relatar que encontra-se paralisada há dois anos aproximadamente, a construção do novo prédio para o Batalhão, restando tão somente o acabamento e instalação da rede de luz, água e a construção da cerca da área. Portanto, solicitamos seja concluída urgentemente aquela obra para que sejam proporcionadas as devidas condições de trabalho a estes servidores.

REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao SINDIFUMO - Sindicato das Indústrias de Fumo, em Santa Cruz do Sul / RS, solicitando que seja adquirida toda a quantidade de fumo produzida pelos fumicultores do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras são as reclamações que recebemos, tanto em nosso gabinete parlamentar quanto em reuniões que fazemos pelos municípios de nosso Estado, com relação à comercialização do fumo desta safra. Embora os problemas levantados sejam vários, dentre eles o alto custo dos insumos, rebaixamento da classificação, preço abaixo do custo de produção, nossa solicitação se prende ao fato das indústrias não estarem adquirindo todo o fumo produzido pelos produtores integrados. Enormes são as dificuldades que os mesmos vêm passando para produzir e, como esta é uma cultura que exige dedicação exclusiva, faz com que não seja possível o desenvolvimento de outras atividades agropecuárias em suas propriedades.

PROJETO DE LEI Nº 144/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido ao Senhor Espedito Oliveira da Rocha o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

As linhas biográficas do Senhor Espedito Oliveira da Rocha, que temos a honra

de indicar aos nobres Pares como Cidadão Benemérito do Paraná, preenchem de modo pleno as condições essenciais para a concessão do título correspondente, nos termos da Lei nº 5638, de 13 de setembro de 1967 em seu Artigo Primeiro.

Com efeito, conseguiu reunir, o Senhor Espedito Oliveira da Rocha, em sua trajetória de vida, as facetas do artista e do trabalhador, do homem de partido e do combatente da democracia, com marcante presença na vida pública do Estado, numa existência que dignifica a condição de paranaense, conforme se depreende dos documentos em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 145/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Sengés, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquela cidade, caracterizando-se como lote de terras, com área de 883,00 m², dividindo-se ao norte com a data nº 109; ao sul com a Rua Expedicionário Anélio da Luz, antiga Rua Itararé, ao nascente com a data nº 104; ao poente com a data nº 102, objeto da transcrição nº 31, conforme consta no livro 3, fls. 8, nº 37, do cartório de registro de imóveis do Município de Sengés, sendo posteriormente objeto de matrícula nº 1712/88 - protocolo nº 5881, pág. 199, livro 1-A, do mesmo cartório de registro imobiliário.

Art. 2º - O imóvel, objeto da doação de que trata o artigo anterior, será exclusivamente utilizado para a construção do Posto Municipal de Saúde, e ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa da prevista.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.93

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O imóvel retro mencionado, pertencente ao patrimônio do Estado, por encontrar-se sem uso, e localizar-se no perímetro urbano da cidade de Sengés, conforme certidão em anexo, será de grande utilidade para o município, tendo em vista que na área será implantado um projeto de elevadíssimo valor social, substanciado na construção de um Posto de Saúde.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres

Pares com assento nesta Casa, ao Projeto de Lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 146/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado Eng.º Alfredo Geraldo Sica Pinto, o trecho da PR-419 Segmento da BR-116 (Areia Branca dos Assis - Agudos do Sul, Km 16).

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.93

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa se dá em razão ao reconhecimento do trabalho e a vida dedicada em prol do DER/PR, pelo nobre Eng.º Alfredo Geraldo Sica Pinto.

Para enriquecer a presente justificativa anexamos cópia do Curriculum Vitae.

PROJETO DE LEI N° 147/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado Eng.º Osmar Pinterich, o trecho da PR-281 Segmento da BR-376 (Tijucas do Sul - Agudos do Sul).

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.93

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa se dá em razão ao reconhecimento do trabalho e a vida dedicada em prol do DER/PR, pelo Eng.º Osmar Pinterich.

Para enriquecer a presente justificativa anexamos cópia do Curriculum Vitae.

PROJETO DE LEI N° 148/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras da Vila Operária - ASVO, com sede a Avenida Martin Luther King, s/n°, Vila Operária na Cidade de Paranavai.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.93

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 16 de agosto de 1991, a As-

Curitiba, terça, em 27.04.93

sociação das Senhoras da Vila Operária, foi criada por um grupo de mulheres residentes na comunidade, que decidiram trabalhar como voluntárias para resolverem os problemas existentes, principalmente aqueles relacionados com as pessoas carentes, visto que a comunidade é composta na maioria por trabalhadores bóias-fria, que em épocas de seca, ou mesmo com chuvas prolongadas, ficam sem trabalho e consequentemente sem condições financeiras para o sustento da família.

A entidade procura atender as famílias com cursos e encaminhamentos, além de outras atividades que vise exclusivamente o bem-estar da comunidade.

PROJETO DE LEI N° 149/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o "CEMPAS - Centro Maripaense de Promoção e Assistência Social", com sede e foro no Município de Maripá, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.93

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Conforme provam os documentos anexos e o relatório de atividades, o CEMPAS - Centro Maripaense de Promoção e Assistência Social, é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que objetiva desenvolver a assistência social, educação de base, promoção humana, realização de estudos atinentes a problemática social, educacional, promocional e profissional, buscando soluções para a realidade local.

Para que sempre tenha melhores condições para continuar a sua atividade, solicitamos aprovação deste Projeto de Lei.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei n° 2.487/92. Tal projeto visa a privatização do Sistema Nacional de Classificação dos Produtos Agrícolas.

Na onda de privatização de todos os setores estatais, não estão levando em conta se são setores essenciais da economia, ou se são setores essenciais na área energética, se são setores essenciais para continuarem na mão do Estado para a fiscalização do setor

agrícola.

Essas questões estão sendo levadas de roldão e não vêm sendo discutidas na sociedade.

A privatização do Sistema Nacional de Classificação de Produtos Agrícolas não é mais um simples Projeto de privatização, mas ele vem afrontar todos os Governos estaduais que no ano passado todos os Secretários de Agricultura de todos os Estados, num fórum específico, aonde se reuniram e debateram a questão da classificação de produtos agrícolas, e neste fórum é aprovado pelos secretários estaduais uma postura contrária à privatização desse setor, mas de continuidade de que a classificação dos produtos agrícolas deveria continuar sob o controle dos Estados.

Então, não é um simples projeto de privatização, mas é um projeto que vem afrontar os Governos estaduais e os Secretários de Agricultura.

E ocorrendo a privatização desse setor e classificação dos produtos agrícolas, os mais prejudicados serão os consumidores e os produtores rurais.

Os consumidores, porque não terão, provavelmente, produtos de qualidade para consumir, mas sim os produtos poderão estar misturados, poderão ser classificados como de boa qualidade e no entanto tenham qualidade inferior.

Os produtores rurais, porque colocarão na mesma posição o produto de qualidade com o produto que não tem qualidade, ficando na área do setor privado.

Será que o setor privado controlando essa área, será isento e imparcial na hora de decidir sobre a qualidade do produto? Provavelmente não.

O controle deve ser mantido pelos Estados, que nós entendemos que é a única maneira de manter a qualidade dos produtos agrícolas na sua comercialização. Ainda podemos lembrar a CIASPAR aqui no Paraná, uma das melhores empresas a trabalhar no ramo da classificação, desde 1958 vem mantendo uma textura clara e imparcial. Descobriram em vários momentos algumas misturas aonde fazia com que o produto agrícola perdesse qualidade, como foi o caso da soja preta misturada com feijão, prejudicando, assim, o consumidor; como foi o caso da mistura do milho comum com o milho da pipoca.

Será que se na mão do setor privado controlando, ele não estará defendendo os interesses desse ou daquele produtor? Também é uma pergunta que se faz. E a CIASPAR tem identificado produtos de qualidade enganosa no mercado e assim tem recuado e punido os responsáveis por isso.

Nós do Partido dos Trabalhadores, defendemos que o setor de classificação dos

produtos agrícolas deve continuar sob a responsabilidade do Estado e o Estado deve ter uma postura imparcial e de defesa dos direitos do consumidor e de imparcialidade em relação às qualidades dos produtos. Coisas que não ocorrerão indo ao setor privado, porque a este somente interessa a obtenção de lucro e não a qualidade do produto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No dia de ontem a Comissão Especial, instituída pela Assembléia Legislativa do Paraná, esteve reunida com uma equipe de técnicos responsáveis pela implantação do gasoduto de importação de gás natural da Bolívia para o Brasil.

Sabem os Senhores que este projeto é, talvez, o maior projeto individual que o Governo Itamar pretende instalar durante o seu governo e é um projeto de suma importância para o País, porque modificará toda a matriz energética do nosso País.

O gás natural vem sendo utilizado em grandes quantidades, em grandes volumes, de forma significativa pela maioria dos países desenvolvidos do mundo. O Brasil, que já dispunha de algumas energias alternativas, especialmente energia hidráulica, com uma produção significativa também no setor de petróleo, um programa significativo do álcool, pretende agora, segundo decisão do Governo Federal, ingressar, de forma definitiva, no uso do gás natural.

No dia de ontem, os debates demonstraram algumas questões importantes. A primeira delas é a própria importação do gás natural. A forma como foi decidida a aquisição desse combustível, desse energético pelo Brasil, suscitou dúvidas muito grandes. Nós tomamos conhecimento, no debate, da posição dos engenheiros da PETROBRÁS, que questionaram a forma como o Governo Federal decidiu pela importação do gás da Bolívia. Em primeiro lugar, ficou evidente que a importação do gás natural da Bolívia se deu muito mais pelo interesse do Banco Mundial do que, propriamente, pelos interesses do Brasil. Digo isso porque a Bolívia, hoje, tem 62% da sua receita cambial, pelo menos a receita cambial oficial, dependente da exportação de gás natural. A Bolívia tinha um contrato de fornecimento para a Argentina, contrato este que se expirou, e o Banco Mundial, interessado em ver a Bolívia mantendo esse fluxo de exportação e essa receita cambial, tratou de encontrar um novo cliente para a Bolívia

com relação ao seu gás natural. Aí que, por pressão do Banco Mundial, a PETROBRÁS assumiu a responsabilidade pela construção desse gasoduto, cujos investimentos estão orçados em um bilhão e quinhentos milhões de dólares; investimentos estes, segundo técnicos da PETROBRÁS, que se fossem utilizados no aumento da produção interna de petróleo e também de gás natural, poderiam gerar um incremento na produção de tal ordem que em apenas dois anos a PETROBRÁS recuperaria todo o investimento que faria.

Com a importação do gás natural e a necessidade de construção do gasoduto, o retorno desse investimento passa para pelo menos 20 anos e aí podem ver os Senhores, que a influência na decisão do Governo Federal importar o gás natural, foi muito mais a influência dos interesses internacionais, do que propriamente os interesses da Nação brasileira.

A comissão também questionou e levantou um segundo aspecto, que era com relação à rota de importação do gás natural. Sabem os Senhores que nós denunciávamos da tribuna, foi o próprio motivo talvez mais forte da constituição da Comissão Especial, é de que o Governo fez a opção da compra do gás natural pela rota Norte, que liga diretamente a Bolívia, cortando Mato Grosso do Sul, chegando a São Paulo. Essa decisão da construção da rota Norte implicou necessariamente na exclusão do Paraná, praticamente, do projeto do gás natural, e nós, no debate, conseguimos também descobrir aí a influência de interesses poderosos na definição da rota Norte.

A rota Norte interessa sobretudo ao Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo, que há muitos anos vinha tentando viabilizar a construção de um gasoduto, para ter o gás natural para suas indústrias, não tinha conseguido até o momento, viabilizar esse projeto de importação para São Paulo, não tinha conseguido, porque o volume, a escala do gás natural necessário para justificar um projeto dessa natureza, São Paulo não poderia arcar sozinho. E o consumo de São Paulo, a demanda de São Paulo sozinha, isolada, não justificaria a construção desse gasoduto e aí que o Estado de São Paulo pressionou a PETROBRÁS, para que a PETROBRÁS assumisse o projeto de construção do gasoduto e mais do que isso, para viabilizar o volume de gás, importação de um volume de gás significativo que justificasse economicamente o projeto, a PETROBRÁS procurou integrar os demais estados da região Sudeste e da região Sul ao projeto, fazendo com que os demais Estados São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais assumisse uma cota de importação e com isso teríamos um volume de gás suficiente para justificar essa importa-

ção.

São Paulo irá resolver o problema do gás natural, já utiliza em pequena escala esse gás, tem uma estrutura industrial e uma certa tradição na utilização desse energético que poderá absorver a sua cota de gás. Já o Paraná através da sua concessionária Copel terá que adquirir uma cota de gás natural sem que tenha ainda a estrutura, o conhecimento e o mercado assegurado para esse gás. É importante notar aqui que a importação de gás natural da Bolívia pelo contrato feito com a Petrobrás, o Brasil terá que importar no mínimo oito milhões de metros cúbicos por dia de gás natural e terá que utilizar esse gás, se não utilizar pagará do mesmo modo e aí transferiu essa cota para os demais estados dentre eles o Estado do Paraná. A consequência imediata da rota definida pela Petrobrás, indica claramente aí também uma influência decisiva dos grandes empreiteiros nacionais, porque na medida que a rota Norte que cortará todo Mato Grosso do Sul e todo Estado de São Paulo for construída dentro do território nacional uma maior quantidade de volume de dinheiro necessário à construção do gasoduto certamente irá passar nas mãos dos grandes empreiteiros do Brasil.

De outro lado, nós sabemos que cortando o Estado de São Paulo de oeste a leste o gasoduto, como está definido pela Petrobrás, implicará que o Estado de São Paulo, mais uma vez, que já tem sido privilegiado por toda a infra-estrutura neste País, infra-estrutura de energia, inclusive o Paraná hoje tem suas grandes hidrelétricas ligadas diretamente a São Paulo para movimentar o seu Parque Industrial mais uma vez nós teremos São Paulo numa situação privilegiada tendo, cortado todo o seu território com gasoduto para estimular e aumentar ainda mais o seu Parque Industrial, inclusive interiorizar o Parque Industrial em São Paulo.

Já o Paraná que ficava numa situação privilegiada com a rota sul que cortaria o Estado entrando por Foz do Iguaçu e chegando até Curitiba, com a decisão do Governo Federal ficará mais uma vez isolado, incapacitado de promover um desenvolvimento harmônico e integrado do seu Estado.

E nós ontem fomos surpreendidos com uma informação da Comissão da Petrobrás de que a rota norte, embora com uma distância maior teria um custo menor do que a rota sul. E esta foi a justificativa mais forte que essa Comissão nos apresentou para justificar a adoção da rota norte como rota para importação do gás natural.

Nós da Comissão, obviamente, a par desses dados não tínhamos ainda ontem elementos técnicos para discordar ou duvidar ou questionar os dados apresentados pela

Petrobrás. Mas nós já vamos esta semana, talvez até amanhã, convocar os demais integrantes dessa Comissão e nós iremos sugerir na condição de Presidente da Comissão que solicitemos da Petrobrás todos os dados e os orçamentos da construção do gasoduto. Nós teremos que necessariamente fazer contatos com o Governo do Paraguai e da Argentina para saber se eles também não têm interesse na construção do gasoduto que passaria exatamente pela Argentina, pelo Paraguai, entrando no Brasil por Foz do Iguaçu para que nós possamos questionar efetivamente essa rota.

Eu quero só citar aos Senhores Deputados um exemplo do que significará essa decisão do Governo Federal em implantar o gasoduto através da rota norte pelo Mato Grosso e por São Paulo.

O setor cerâmico hoje com a entrada do gás natural ele não terá mais as mínimas condições de competir no mercado se ele não utilizar esse energético que é o gás natural.

Ontem nos trouxe uma informação o Presidente da Associação das Indústrias de Cerâmicas do Paraná de que uma indústria de cerâmica que utiliza o gás natural ela tem uma produtividade que passa de 65% com a utilização de óleo, combustível e lenha, para 98% quando utiliza o gás natural. Isto significa que as indústrias de cerâmica que não estiverem utilizando esse energético, quando ele chegar ao Brasil estiver sendo já utilizado ela não terá mais condições de competir no mercado. E aí nós teremos também a indústria de fertilizantes, a indústria de cimento, todas as demais atividades industriais que utilizam grande quantidade de energia térmica estarão fatalmente numa situação de desvantagem se não estiverem utilizando esse combustível quando chegar ao Brasil. E o Paraná terá isso se a Petrobrás cumprir todo o seu cronograma de obras que é inclusive algo que pouca gente vem acreditando, o Paraná terá acesso ao gás natural apenas na região metropolitana de Curitiba quando estiver pronto o ramal que ligaria Campinas ao sul do Brasil. Toda a região centro, a região oeste do Paraná, sudoeste, enfim, toda essa região ficará definitivamente excluída da utilização desse gás se efetivamente a rota norte for confirmada.

Eu quero aqui chamar a atenção dos Senhores Deputados que nós obviamente se não conseguirmos questionar e invalidar os dados que a Petrobrás nos apresentou com relação ao custo total da obra, pela rota norte, nós teremos poucas chances de reverter essa decisão do governo federal, porque segundo os técnicos, o custo pela rota sul seria acrescido em mais de 180 milhões de dólares e aí o Paraná não teria como advogar a rota mais cara, porque ela

seria, conseqüentemente, contrária aos interesses nacionais, mas os técnicos que nos acompanharam, duvidaram de alguns elementos e de alguns cálculos e orçamentos que nos foram apresentados, o que vai exigir dessa comissão, um trabalho muito difícil no sentido de checar esses dados, porque se nós permitirmos que a rota norte seja confirmada, nós teríamos na prática, uma concentração ainda maior do desenvolvimento industrial no Estado de São Paulo. Nós teremos a perda definitiva de competitividade de muitas indústrias no Paraná, e o que é mais importante, a Copel nos apresentou um dado de que se o gasoduto entrasse por Foz do Iguaçu, chegando a Curitiba, cortando o Paraná, apenas no Estado do Paraná o consumo seria 30% superior ao consumo do gás se ele estiver apenas localizado e disponível na Região Metropolitana de Curitiba. Esses 30% Senhores Deputados, significa para nós a compreensão clara de que por trás desse percentual de utilização de gás natural, nós teríamos dezenas, talvez centenas de indústrias localizadas ao longo desse gasoduto, teríamos valores agregados ao Paraná em termos de riqueza, teríamos geração de emprego e teríamos geração de impostos e descentralização do desenvolvimento industrial do Paraná. A questão que nos coloca dentro dessa questão do gasoduto, eu diria aos Senhores que é difícil para o Paraná, difícil porque os contratos estão praticamente acertados, a rota definida, os orçamentos elaborados pela Petrobrás indicam a conveniência da rota norte, mas eu entendo que pela importância que teve, a comissão especial da Assembléia Legislativa do Paraná não poderá se dar por satisfeita com os dados oficiais que recebeu, porque obviamente os técnicos da Petrobrás não viriam ao Paraná para confirmar a nossa premissa de que a rota sul é econômica, política e estrategicamente mais conveniente ao País. Nós teremos que fazer esse esforço sobre-humano para tentar comprovar que nós tínhamos razão com relação à rota sul, porque desta decisão fundamental do governo federal, dessa decisão da rota, dependerá e muito o futuro e o progresso do desenvolvimento industrial do Paraná.

Era isso Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Honorário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos apresentando à Casa no dia de hoje, um requerimento que aparenta não ser de nossa

competência, mas eu queria desde já a atenção e apoio dos Senhores Deputados, referente à produção de fumo no Estado do Paraná. Nós queremos que através desta Assembléia Legislativa, seja enviado ao Sindicato das Indústrias de Fumo, instalado em Santa Cruz do Sul, um requerimento solicitando que seja adquirida a produção de fumo dos fumicultores do Estado do Paraná.

Nós temos recebido de inúmeras regiões do nosso Estado, pedidos de intervenção junto às empresas chamadas fumageiras, por alguns fatos que estão acontecendo e trazendo grandes prejuízos aos agricultores, aos fumicultores do nosso Estado.

No ano passado, eu tive a oportunidade de nesta tribuna denunciar que no Sudoeste do Paraná assisti aos produtores de fumo fazerem fogueiras, queimando a produção, porque os preços estavam aviltados. E além disso, as indústrias compradoras do fumo traziam empecilhos para receber e comprar o fumo do agricultor.

Nós não podemos esquecer que a produção de fumo é totalmente integrada. As empresas procuram o produtor. Financiam a semente, a plantação, o adubo, as herbicidas. E o agricultor só tem o comprometimento de entregar o fumo para a empresa a qual ele está integrado, como são os outros sistemas de integração: de aves, suínos, e tantos outros que se avolumam na área da agricultura.

Os agricultores estão, agora, com prejuízos. E as empresas estão se dando ao luxo, Senhores Deputados, de recusarem o recebimento do fumo que os produtores plantaram, produziram, colheram, enfardaram e está pronto para ser entregue à indústria.

Só no Município de Medianeira, eu tenho informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, de que 123 produtores têm, cada um, aproximadamente mil quilos de fumo pronto e enfardado para ser entregue. E as compradoras ou as fumageiras, algumas delas: SOUZA CRUZ, TABA, FUMO SUL, se dão ao luxo de dizer que não vão receber, porque a produção foi maior que a estimativa que eles tinham para a propriedade. Eles fizeram a integração. Forneceram a semente. Forneceram os insumos. E estimaram que aquela produção iria dar tantos mil quilos de fumo.

Porque simplesmente o produtor teve sorte e a safra foi maior, ele está agora com prejuízo, por não poder entregar o fumo pronto.

E muitas famílias estão com seus compromissos vencidos, no comércio, nos mercados. Até porque, a dedicação à produção de fumo é quase exclusiva numa propriedade. A família toda, naquele período, tem que se dedicar aquele trabalho, para não perder o produto. E outras alternativas de

produção na propriedade são deixadas de lado, para priorizar e não perder este produto.

E, agora, nós estamos vendo os produtores de fumo, quer dizer, os compradores de fumo, alegarem uma série de razões infundadas para não receberem o fumo. E, milhares de produtores, no nosso Estado, estão com grandes prejuízos. Eles e suas famílias.

As compradoras de fumo alegam uma série de questões. E que os estudos feitos pelos produtores de fumo contestam, pelos sindicatos de produtores de fumo contestam, e provam o contrário.

O mercado de fumo, no Brasil, apesar de ter diminuído internamente, no Brasil, o consumo; as exportações têm aumentado. Portanto, não têm razão. E estes são dados técnicos, estudados pelo DESER - Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais do Paraná, e outro argumento é o de que o mercado externo não está bom. Também se prova que em fevereiro deste ano de 93, as exportações de fumo no País aumentaram.

Portanto, não tem razão o argumento das empresas. A produção deste ano está estimada em 520 mil toneladas de fumo, no Brasil, na área da Região Sul, onde se faz a produção de fumo. No ano passado, foi de 514 mil toneladas. As empresas estão argumentando que deu uma super-safra e que não podem adquirir todo o produto produzido. Quando isto, na realidade, não é verdade, porque apenas seis mil toneladas foi o que aumentou a produção do ano passado para este ano. Então nós estamos intervindo, pedindo através da Assembléia Legislativa requerimento ao Sindicato das Empresas Fumageiras que recebam e que comprem o fumo dos produtores do Paraná para não trazerem esse prejuízo. É lamentável que depois do produtor ter plantado o fumo, cultivado, colhido, deixado 60 dias no galpão com todo o trabalho da sua família, tirou o fumo do galpão, enfardou, deixou pronto para ser entregue e agora, como esse caso de Medianeira - mil quilos de fumo o agricultor tem que jogar fora, jogar no rio, jogar no lixo porque aquela empresa que o incentivou a plantar e ele está entregando, não recebe o fumo. Isso é um absurdo.

Eu concedo um aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Ovídio Constantino quero cumprimentá-lo pelo assunto que Vossa Excelência aborda nesta tarde. Na Região Centro Sul do Estado do Paraná e Sul aonde se encontram um número sem fim de agricultores que optaram pela produção de fumo há alguns anos atrás, o problema é o mesmo. Vossa Excelência está trazendo um assunto lá da sua Região, mas o mesmo fato que está ocorrendo lá está

acontecendo aqui principalmente no Município de Rio Azul, aonde tem mais de três mil estufas de fumo naquele município. E que a base econômica, nos últimos anos do Município de Rio Azul, foi a fumicultura e que de dois anos para cá - principalmente neste ano, é triste de você ver o que está acontecendo. Eu participei há duas semanas numa reunião com a Associação dos Fumicultores de Rio Azul e a grita, o clamor é o mesmo que Vossa Excelência está colocando nesta tarde aqui. Eu quero cumprimentar Vossa Excelência e me colocar à disposição, se preciso for, através de uma Comissão, se for o caso, para a gente poder interceder junto a essas grandes empresas multinacionais, a maioria delas, porque a tristeza e os prejuízos e o desalento dos pequenos agricultores é muito grande. Mais uma vez os meus cumprimentos.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço o apoio do Deputado Toti Colaço. Nós entendemos que o prejuízo que está se trazendo através desse problema aos agricultores e ao Paraná é muito grande, quando nós temos um dado como exemplo de um município no Oeste do Paraná, que são 120 mil quilos, quer dizer, são 123 toneladas de fumo que se as empresas não voltarem atrás e não adquirirem esse fumo serão jogados fora. Apenas num município do Paraná, sem considerar o que o Deputado Toti relata.

Na Região Sul que temos conhecimento que há também um movimento forte dos produtores de fumo de reclamação com as empresas fumageiras, como no Sudoeste do Paraná e como em outras regiões do Estado aonde isto está e existe a produção de fumo. E a fumicultura no nosso Estado é uma atividade que, até o momento, vem dando algum respaldo aos agricultores porque é uma alternativa que ele pode fazer na sua propriedade além da produção do milho, feijão, das culturas mais tradicionais, é uma alternativa para receber um dinheiro na sua propriedade fora das safras regulares de produção agrícola. E, não podemos admitir que as empresas venham causar este prejuízo simplesmente por não querer adquirir um produto que eles incentivaram os produtores a produzir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Horário do PMDB com a palavra o Deputado Bona Turra.

O SR. BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O ato de renúncia do ex-Governador de São Paulo à Presidência Nacional do PMDB é o principal acontecimento político da atual conjuntura. O PMDB que se encontra organizado na totalidade dos municípios

brasileiros com representação e assento em todas as Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais de Vereadores e dirigindo milhares de municípios brasileiros, vinha há cerca de dois anos se debatendo com uma crise deflagrada pelo Governador do Estado Roberto Requião, que em gesto de escoteiro e de coragem política promoveu a denúncia aberta, frontal de atos, os mais diversos de corrupção e improbidade e de falta de conduta adequada na condução dos negócios públicos do ex-Governador Orestes Quércia.

Ato escoteiro há dois anos, mas que foi ganhando espaço e cada dia mais na imprensa e no conjunto do País se confirmavam as denúncias que foram pensadas no Paraná pelo hoje Governador Roberto Requião e que deram causa também à saída do PMDB do ex-Governador Álvaro Dias, que também saiu, saiu por discordar e divergir dos métodos e práticas que vigiam o Governo do Estado de São Paulo e que acabaram se adonando da direção nacional do PMDB.

Orestes Quércia renuncia à presidência do partido. Assume o Prefeito de Recife Jarbas Vasconcelos e no obstante detenha cargo executivo assume em função no disposto da Constituição de 88 e, na qualidade de homem tradicionalmente vinculado às lutas populares e deverá coordenar ao lado dos demais membros da executiva nacional do partido a sucessão partidária que deverá ser resolvida na Convenção Nacional do próximo mês de maio.

Essa semana, em Belo Horizonte, dirigentes partidários de todo País e todos os Estados federados, estaremos reunidos na Cidade de Belo Horizonte para debater os critérios de formação da chapa para o Diretório Nacional e a Convenção Nacional que se realiza no mês de maio. Várias questões e desdobramentos deverão existir a partir do ato de renúncia do ex-Governador Orestes Quércia. O ato de renúncia do ex-Governador Orestes Quércia recoloca no interior do partido a figura própria e militante do nosso companheiro Roberto Requião e recoloca em condições de dignidade porque tendo denunciado a improbidade foi pelo ato de denúncia, ao invés da punição dos denunciados e da apuração dos fatos denunciados, foi punido por estabelecer o confronto e o debate dialético no interior do PMDB.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, temos o retorno político do Governador do Paraná Roberto Requião ao interior do partido. Aliás, retorno que já lhe foi assegurado por decisão judicial da Suprema Magistratura do País, que devolvendo a matéria ao partido, com certeza o partido, após todos esses fatos, reconsiderando a situação, fará com que o nosso companheiro Governador Roberto Requião readquira as condições de militância polí-

tica e partidária no interior do PMDB.

Mas muito mais importante do que isso é o fato de que nós passamos a ter abertura de um processo de natureza política. O PMDB nacional sai do noticiário policial e reingressa no noticiário político. Todos os militantes do PMDB, entre os quais me incluo, voltamos a ter a condição de, democraticamente, debatermos o nosso programa, o novo programa nacional do PMDB. Programa de que sou signatário na forma de anteprojeto e que deverá ser aprovado também na Convenção Nacional no próximo mês de maio. Se reabre também a possibilidade de passar a vida nacional do partido a limpo. Estamos observando com atenção um esforço que se faz no interior do PMDB no sentido de que a mudança não signifique mudança nenhuma.

É assim que o atual Governador de São Paulo, dirigindo-se ao ex-Governador Orestes Quércia e postando-se como estátua de São Jorge em casa de tolerância, como se também ele não fosse responsável e beneficiário de uma política improba que o conduziu ao Palácio do Governo no Estado de São Paulo.

As divergências que se põem no âmbito do Estado de São Paulo entre o atual Governador de São Paulo e o ex-Governador, são divergências que não dizem respeito aos interesses da militância partidária, porque são divergências que estão fundadas em interesses que não são os populares.

Não estamos entre aqueles que imaginam seja possível uma solução negociada em meio à lama, em meio à corrupção e em meio à uma série de atos todos eles responsáveis pela deterioração da imagem pública do PMDB.

É por isto que no Paraná, e a partir do Paraná, temos a condição de postular nacionalmente as posições que historicamente nos foram negadas. E é assim que inicia-se agora, a partir do ato de renúncia do ex-Governador Orestes Quércia o caminho para o saneamento do partido e o caminho que poderá levar o Paraná ao Palácio do Planalto. E é assim que nós peemedebistas, e paranaenses, estaremos em Belo Horizonte e em todos os foros partidários, para apresentar a nossa candidatura, a candidatura popular e democrática do nosso companheiro Roberto Requião à Presidência da República pelo PMDB. Estão criadas as oportunidades de debate e temos absoluta segurança que as forças democráticas e populares que ainda integram o PMDB, bem como as forças democráticas e populares que lhes são simpáticas, poderão autorizar...

O Sr. Nilton Barbosa - V.Exa. me concede um aparte?
(Assentimento).

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - A Mesa avisa ao orador que falta apenas dez segundos para terminar o tempo.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, caso o orador queira fazer uso do horário do Partido Progressista nós cedemos a ele.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Deputado Nilton Barbosa com o aparte.

O Sr. Nilton Barbosa - Nobre Deputado Bona Turra, ouço atentamente o seu pronunciamento nesta tarde. Sem dúvida aguardávamos manifestações diversas de companheiros até mesmo do PMDB comemorando, sem dúvida, a renúncia do ex-Governador de São Paulo, Orestes Quércia. Acompanhamos de perto a disputa do Paraná em busca de seu espaço dentro do PMDB nacional. Isto há muito tempo. O Paraná sabe, todos sabemos de que o primeiro a se desligar do PMDB por discordar da posição do seu dirigente, foi o ex-Governador Álvaro Dias. O PMDB do Paraná por muito tempo ficou sem condições de buscar o seu espaço a nível nacional. Em todas as eleições pouco se participava, horários inclusive, no programa da candidatura que tivemos a nível federal, não tivemos oportunidade de ver nenhum companheiro do PMDB do Paraná fazendo parte em defesa da candidatura do nosso candidato Dr. Ulysses Guimarães.

Tantos outros erros cometidos, fez com que no Paraná se buscasse um espaço próprio. Razão principal da saída do ex-Governador Álvaro Dias do PMDB nacional. Conseqüentemente, do PMDB do Paraná. Foi buscar num partido pequeno a condição de destaque que o Paraná tem direito no cenário nacional, ingressando no PST, Partido Social Trabalhista, que posteriormente, após a incorporação com o PTR, veio a ter a denominação de PP, Partido Progressista.

Nós também comemoramos a renúncia do ex-Governador Orestes Quércia, embora não saibamos qual será a conseqüência, se positiva ou se negativa, ou quem sabe poderá ser mais um golpe do professor de golpes e da corrupção Orestes Quércia. Quem sabe esteja ele preparando um golpe para tentar mudar no dia 05 de maio na convenção do PMDB lá em Belo Horizonte. Nós esperamos que não, nós esperamos que nomes como Pedro Simon, como Ibsen Pinheiro, como tantos outros nomes que tem o PMDB possam ocupar a Presidência. E que o retorno do nosso companheiro Roberto Requião seja deixado de lado as questões jurídicas, questões de briga no judiciário e que volte ele em via normal porque o PMDB do Paraná, assim como o PMDB do Brasil precisa de nomes como o nome de Roberto Requião. E o Paraná sente-se orgulhoso em já ter o

nome destacado de disputa à Presidência da República o ex-Governador Álvaro Dias, que percorrendo o País vem há tempo na formação do Partido, para que esse partido talvez venha dar a posição que Requião disputa à Presidência da República, porque é muito importante para nós sabermos que tanto Álvaro quanto o nosso companheiro Roberto Requião que todos os dias está tendo seu nome lançado, e representa para nós com muita satisfação e com muito orgulho o nome do Paraná. Acho que o Paraná vem buscar seu espaço sim, com Requião ou com Álvaro, com Álvaro ou com Requião, ou até mesmo com outros nomes como nós sabemos tem no Paraná.

Obrigado pelo aparte!

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Agradeço o aparte do nobre Deputado Nilton Barbosa e me regozijo também com o fato de que se comemoravam os adversários históricos do nosso Partido a crise da qual estávamos incalacrados, crise que não vem e nem resta de todo superada. Nós temos hoje uma quadra que permite a retomada do diálogo político, a retomada do debate político no interior do partido e do partido com as demais forças políticas. É assim que aqui no Paraná o PMDB dialoga com um conjunto de forças, de modo especial dialoga com o Partido Progressista, com quem sai às bases para o lançamento de uma campanha que seja capaz de garantir a vitória dos interesses populares do nosso Estado, que seja capaz de deter a marcha daqueles que querendo assaltar os interesses do Palácio Iguazu imaginam possam assaltando os interesses do Palácio Iguazu também compor e dar base para o assalto e a manutenção de uma política de atraso no Palácio do Planalto. Nós estamos numa situação que nos recoloca, Deputado Ernani Pudell em posição melhor que a anterior, as condições de debate entre as forças políticas-democráticas aqui no Estado na medida em que se estabiliza a direção regional do Partido, que se devolve a condição de debate político e de intervenção na esfera Nacional, permite que nós possamos debater com o Partido dos Trabalhadores, possamos debater com o Partido Progressista, possamos debater com o Partido da Frente Liberal, com o Partido Liberal, com o Partido Democrático Trabalhista, cada um com o seu Projeto, mas que possamos debater em torno de um Projeto comum de natureza popular, de natureza democrática. Nos foi retirada a condição de freqüentar o noticiário político, e nos impuseram a triste sina de durante quase dois anos freqüentarmos o noticiário policial, de modo que as nossas tarefas, as tarefas político-partidárias que temos a partir deste fato importante na vida política nacional, que não foi ato

de grandeza mas sim de reconhecimento e de rendição ao movimento pela moralidade e pela ética na política que já não podia mais dar conta de ter a frente da Presidência Nacional do principal partido e maior partido do País, um homem comprometido profundamente com escândalos no Governo do Estado de São Paulo. É assim que nós temos a oportunidade, agora, de eleger e construir e aprovar o novo programa Nacional do partido, e vamos retomar o trabalho de militância em todos os cantos, agora com a condição de podermos olhar aos nossos militantes e dizer que o Partido retoma, ou pelo menos assume as condições de retomar o controle e as condições de debater a política Nacional, condição que lhes foram tiradas.

Com aparte o Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Eu agradeço o aparte de V.Exa.. Nós do PT não podemos deixar de reconhecer que a renúncia do Presidente Nacional do PMDB retira dos ombros da militância do PMDB pelo Brasil todo um fardo muito pesado, retira do PMDB a imagem da corrupção, que era a imagem do seu presidente.

Eu apenas quero discordar de V.Exa. quando se refere às pretensões do PMDB do Paraná. O Paraná tem hoje no cenário nacional uma posição importante, temos candidatos como Jaime Lerner que vem sendo cogitado, inclusive, como uma das candidaturas a presidente, temos a candidatura há muito tempo colocada de Álvaro Dias que mantém uma aliança muito forte com o Governo Requião...

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - A Mesa comunica a V. Exa. que lhe restam apenas dez segundos.

O Sr. Ernani Pudell - Apenas gostaria de dizer a V.Exa. de que o fundamental o ano que vem é a questão nacional e nem uma liderança hoje popular de Norte a Sul do Brasil, de Leste a Oeste...

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - A Mesa lamenta informar que o tempo do orador encontra-se esgotado.

O Sr. Ernani Pudell - ... Concluindo, Sr. Presidente. Nenhuma outra liderança tem a força de Lula e atrás de Lula, sobretudo, tem o projeto de libertação desse País das mãos das velhas elites que sempre dominaram e massacraram o nosso povo.

Então, nós esperamos que, pelo menos, se não for possível no primeiro turno, no segundo turno esse PMDB, agora renovado, depurado, esteja no mesmo palanque de Luís Inácio Lula da Silva e, quem sabe, esteja-

mos também nós, petistas, em muitos palanques do PMDB pelo Brasil afora também no segundo turno, já que agora PMDB readquire, pelo menos, grande parte da sua imagem de um partido progressista, democrático e comprometido com as mudanças neste País.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Eu agradeço e continuo afirmando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que os desdobramentos deste ato não são de todo conhecidos, mas, com certeza, reabre espaço para o debate político e democrático no interior do partido e do partido com as demais forças democráticas e populares do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) -

PSDB - (Declina);

BPI - (Declina);

PTB - (Declina);

PFL - (Declina);

Está encerrada a Hora do Expediente,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa requerimento de nº 956 de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando licença por quinze (15) dias, para viagem cultural ao exterior, a partir de amanhã, dia 28 corrente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 941 de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para Projeto de Lei nº 118/93, constante da presente Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de

Curitiba, terça, em 27.04.93

preferência de votação de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer outorga de Título de Cidadão Honorário, ao Excelentíssimo Sr. Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 29 de 07.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 118/93

P A R E C E R:

Com regozijo, recebo da douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de parecer, o Projeto de Lei nº 118/93, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o qual propõe merecidamente ao Excelentíssimo Sr. Osmar Fernandes Dias, Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, outorga de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

A propositura do nobre Deputado é extremamente oportuna e de forma justa, coroa o trabalho sério e competente do amigo Osmar Dias, que dá mostras de que efetivamente A Força Vem do Campo. O Professor Osmar desde que assumiu a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, vem prestando relevantes serviços à Sociedade Rural do nosso Estado, e de forma revolucionária o implemento de modernas técnicas rurícolas, fazendo do nosso Estado, vanguardeiro em nível nacional. A sua voz forte e retumbante, é ouvida todos os dias na defesa dos pequenos e médios agricultores. Como bem diz o nosso Professor de Agricultura, a nossa força está no campo. Sinto-me honrado na condição de homem do campo, em participar desta homenagem, para quem pelo campo trabalha. Neste sentido, nada obsta a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Já é matéria vencida.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, eu solicitei durante a exposição de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Não. A Mesa não ouviu e já é matéria vencida.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, registro o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores porque nós não devemos homenagear pessoas que se encontram em cargos governantes e no exercício de mandato. Esperamos que ele conclua o seu mandato para, aí sim, prestar as homenagens merecidas se houver ou não, até porque o Sr. Osmar Dias perseguiu, demitiu servidores daquela secretaria por descordâncias políticas.

Então, o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) A Mesa registra o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, apenas para refrescar a memória do Deputado porque ele se esquece que o Secretário Osmar Dias foi Secretário da Agricultura no ex-Governo Álvaro Dias e que esta homenagem que apresenta o projeto do Deputado Nilton Barbosa é em consequência já do reconhecimento de quatro anos anteriores como Secretário da Agricultura e, com todo respeito, tem sido um Secretário exemplar na questão agrícola do nosso Estado, produzindo para matar a fome de muitos paranaenses...

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - A Mesa comunica que a discussão do projeto foi encerrada, foi aprovado, é matéria vencida. V.Exa. pediu a palavra pela ordem e eu quero que V.Exa. enuncie o artigo do regimento que não está sendo cumprido. Assim como a Mesa não concedeu ao nobre Deputado Dr. Rosinha a palavra para discussão de matéria vencida, não poderá fazer a V.Exa. também.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pode ser um lapso de minha parte, Sr. Presidente, mas ele teve a oportunidade de expor seu pensamento, mas eu agradeço a V. Exa. a atenção que me deu e parabênz o Deputado Nilton Barbosa pela proposição.

Passaremos à apreciação do restante da matéria da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 019/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, declara de Utilidade Pública a Casa do Idoso Vovó Margarida, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 042/93, de autoria do Deputado Algaci Tú-

lio, declara de Utilidade Pública o Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade da Vida do Doente de AIDS, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 050/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Amaro Gomes Monteiro, o trecho da PR-369, que liga a sede do município de Barbosa Ferraz à PR-082. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO N° 1
PROJETO DE LEI N° 050/93

Art. 1° - Fica denominada rodovia Amaro Gomes Monteiro, o trecho rodoviário da PR-549, que liga a sede do município de Fênix, passando pelos municípios de Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul, até atingir a BR- 487, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Emilia Belinati, Colombino Grassano, Ovídio Constantino, Mário Bezerra.

Justificativa do projeto original.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda. **Aprovada.** O projeto retorna à CCJ.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 100/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal Pronto Socorro, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 103/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede no Município de Corumbataí do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 104/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, declara de Utilidade Pública a Organização Santos Inocentes, com sede no Município de Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 041/93, de autoria do Deputado ALGACI TÚ-

LIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Acrópole, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 08, de 02.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 41/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 41/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Acrópole, com sede e foro em Curitiba.

Sob aspectos legal, regimental e constitucional, não existem óbices à normal tramitação da matéria e sua apreciação pelo Plenário, pelo que opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Salvo melhor juízo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 059/93, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Federação de Entidades de Serviço Social dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, FESS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 12, de 09.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 59/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 59/93, ora sendo examinado por esta Comissão, visa declarar de Utilidade Pública a Federação de Entidades de Serviço Social - FESS -, com sede e foro nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

A matéria obedece rigorosamente o disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Por tais fatos, emito o parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 066/93, de autoria do Deputado NEREU MOURA, que declara de Utilidade Pública a Associação de São Vicente de Paulo de Idosos, com sede e foro no Município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 14, de 11.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 066/93

Autor: Dep. Nereu Moura

P A R E C E R:

O ilustre parlamentar propõe projeto de lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação São Vicente de Paulo de Idosos, com sede e foro no município de São João.

Após cumpridas as formalidades legais, requeridas em diligência na sessão do dia 23 de março do presente ano, a presente proposição encontra-se em conformidade com a Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis..

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 088/93, de autoria do Deputado NELSON JUSTUS, que declara de Utilidade Pública a União Municipal das Associações de Moradores de Curitiba - UNIMAC. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 19, de 22.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 088/93

Autor: Dep. Nelson Justus

P A R E C E R:

Ao receber da douta Comissão de Constituição e Justiça para fins de parecer, ao Projeto de Lei n° 088/93, de autoria do nobre Deputado Nelson Justus, verifica-se que a propositura de lei, encontra-se amparada pelo império das leis. Neste sentido, nada obsta a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 095/93, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila São José, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 21, de 24.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 095/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 095/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, busca declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila São José, com sede e foro em Curitiba.

Nos aspectos estritos da competência da Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da matéria, sendo que opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 109/93, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Associação Poli Esportiva Ex-Conde D'Inho, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 01.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 109/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 109/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, busca Declarar de Utilidade Pública a "Associação Poli-Esportiva Ex-Conde D'Inho", com sede e foro em Ponta Grossa.

A referida Associação foi constituída em 17 de setembro de 1992 e estatutariamente, tem como finalidade proporcionar cultura, lazer e esportes aos seus associados.

Deixa de cumprir, portanto, os requisitos legais expressos nos incisos I e II do Artigo 1° da Lei 6994/78.

Na competência estrita desta Comissão de Constituição e Justiça, somos contrários a tramitação da matéria e a sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 116/93, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Crianças e Adolescentes de Paranaguá, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 116/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Crianças e Adolescentes de Paranaguá", com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.93.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Crianças e Adolescentes de Paranaguá, fundada em 10/07/91, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, destinada a dar assistência sócio-educacional a 150 crianças e adolescentes carentes. Possui vários setores dentro da sua estrutura incluindo atendimento pedagógico aos seus assistidos.

É uma associação que desde que foi fundada, vem prestando um valioso serviço à comunidade, tirando das ruas crianças e adolescentes que, dentro das suas instalações encontram educação, trabalho e assistência de que precisam.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 116/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 116/93, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Crianças e Adolescentes de Paranaguá", com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Da análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 121/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 008/93, que denomina Rodovia Prefeito João Alexandre o trecho da PR-466, que liga Paranavaí e Tamboara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 30 de 12.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 121/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental, tem por objetivo denominar o trecho da PR-466, que liga Paranavaí a Tamboara, como "Rodovia Prefeito João Alexandre".

Esta Comissão de Constituição e Justiça se manifesta pela sua normal tramitação nesta Casa de Leis sendo portanto favorável ao presente Projeto de Lei, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

125/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas-ABEAD, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 31 de 13.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 125/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 125/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, busca declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas, com sede e foro em Curitiba.

Nos aspectos estritos da competência da Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da matéria. Sendo que opinamos favoravelmente a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 004/93, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da aplicação de Dotação de Subvenção Social do Srs. Deputados, referentes ao exercício de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 004/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. Único - São aprovadas as contas da aplicação de Dotação de Subvenção Social dos Srs. Deputados, referentes ao exercício de 1992, regulamentada pela Resolução n° 55/83 de 03 de outubro de 1983 conforme Ofício n° 01/CEAS/93 de 15 de fevereiro de 1993, protocolo n° 942/93.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoiamento: Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Antônio Annibelli, Cleyton Kielse, Emilia Belinati.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N° 014/93

P A R E C E R:

A presente Proposição tem por finalidade a prestação de contas da aplicação da Dotação de Subvenção Social dos Srs. Deputados, regulamentada pela Resolução n° 55/83 de 03 de outubro de 1983, referente ao exercício de 1992, conforme Ofício n° 01/CEAS/93 de 15 de fevereiro de 1992, protocolo n° 942/93.

Faz a Diretoria Financeira, através da Coordenadoria de Execuções e Auxílios Sociais, um relato explanativo sobre a movimentação de créditos, movimento de Caixa Bancária e, relação de cheques emitidos e não descontados até 31 de dezembro de 1992, citando nominalmente os Srs. Deputados e suas aplicações, quanto ao uso da verba de Assistência Social, relativa ao mesmo exercício.

Conforme a documentação apresentada está em ordem, obedecendo a Regulamentação 55/83, razão pela qual emitimos Parecer FAVORÁVEL. APROVADO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de n° 957 de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Resolução n° 004/93 e a publicação da prestação de conta ao Diário da Assembléia. **Rejeitado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Rosinha e convido o nobre Deputado Colombino Grassano para assumir a Presidência.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Quando esse parlamento votou a Prestação de Contas feita pelo ex-Governador Álvaro Dias, foi debatida a necessidade ou não de publicar tais contas no Diário Oficial da Assembléia Legislativa, para que todos os Srs. Deputados pudessem analisar e aí sim votar.

Naquela oportunidade a Mesa Executiva deste parlamento fez a publicação. Nós entendemos que se houve essa exigência em relação ao Poder Executivo, porque não a mesma exigência em relação ao Poder Legislativo. Porque não a publicação das Prestações de Contas, para que todos os Deputados analisem e depois possam votar.

Nesse sentido eu manifesto e solicito ao Sr. Presidente que encaminhe, que retire da pauta de votação de hoje e providencie a publicação dessas contas para que elas possam ser analisadas por todos os Srs. Deputados e aí sim possamos votá-las como fizemos na prestação de contas da gestão Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - A Mesa comunica a V.Exa. e ao Plenário que somente poderá apreciar a sua sugestão

mediante requerimento encaminhado à Mesa da Assembleia Constituinte e Justiça, não em votação. Os pareceres regimentais, legais ou constitucionais à norma transição da mesa.

A SRA. EMILIA BELINATI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero me manifestar contrária a aprovação do Projeto de Resolução porque eu faço parte da Comissão de Tomada de Contas, não fui convocada para apreciar as contas e portanto eu quero declarar o meu voto contrário como fizemos quando foi encaminhado também o Projeto de Prestação de Contas do ex-Governador Álvaro Dias, porque não tinha na Ordem do Dia os documentos e da mesma forma eu quero me manifestar agora contrária a aprovação das contas da Assembleia Legislativa, da verba de assistência social, porque eu faço parte dessa Comissão, não fui convocada para estar presente na reunião.

Portanto, o meu voto é contrário.

O SR. NILTON BARBOSA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, as contas dos Srs. Parlamentares tiveram o seu trâmite normal na Casa. Nós convocamos a reunião da referida Comissão, da Comissão de Tomada de Contas e foi encaminhado a convocação, como é praxe nesta Casa, de todas as Comissões, aos Srs. Parlamentares.

Recebo com surpresa a denúncia da nobre Deputada Emilia Belinati dizendo que não foi convocada. Tomarei as providências necessárias.

Quero informação hoje da nossa Secretária da Comissão, para tomar conhecimento, porque todos os Deputados, Deputado Ademar Traiano, Antônio Annibelli, Cleiton Quiélse, Basílio Zanusso, Deputado Relator que foi o Deputado Arlindo Troian e a Deputada Emilia Belinati. Nós procuramos, determinamos a convocação de todos. Então nos causa estranheza.

Mas, quero dizer que teve o seu trâmite normal e obteve a aprovação de todos os Srs. Deputados da Comissão e eu não vejo razão para que se tire da Ordem do Dia e se publique. Ela ficou todo o período à disposição dos Srs. Deputados, todos os Parlamentares têm acesso, não só às contas do Sr. Governador, como as contas do Tribunal de Contas, como as contas das companhias de economia mista que fazem parte do Governo, como tiveram as contas dos Srs. Parlamentares.

Resta saber que nós não podemos admitir de que sempre que se vai votar aqui contas do Governo do Estado, conta de uma empresa, ou até mesmo do Parlamento, quando está na pauta da Ordem do Dia é que pedem a retirada para que se possa estudar. O estudo deveria ser feito antes no acompanhamento aprofundado inclusive da pauta para que não tenhamos nós que cada vez que

entra matéria desta natureza tenhamos que tirar e deixar para outra Ordem do Dia.

(1) PLENÁRIO ADJUNTO

AJUSRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Só para retificar que o meu gabinete não recebeu a convocação para a reunião da Comissão de Tomada de Contas.

O SR. NILTON BARBOSA - Quero comunicar de renovo, Sr. Presidente, à Mesa que irei tomar as providências necessárias. Vou procurar saber da Secretária da Comissão, a Dra. Regina, e se a Deputada Emilia Belinati não foi realmente convocada tomarei as providências necessárias.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O Artigo 94 do nosso Regimento Interno também não foi cumprido. Consta da Ordem do Dia sem ter sido publicado como manda o Artigo por três vezes na pauta da Ordem do Dia.

PROJETO DE LEI N° 116/93

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) -

Tem sido uma tradição nesta Casa não colocar à disposição dos Srs. Deputados a pauta, ficar em pauta por 48 horas ou 72 horas.

Mas a Presidência comunica ao Plenário que o processo de Prestação de Contas, feito pela Comissão de Tomada de Contas, está em ordem, contém a assinatura do Sr. Deputado Nilton Barbosa, Presidente; do Deputado Arlindo Troian, como Relator; dos Srs. Deputados Ademar Traiano, que é o Relator; aliás, Deputado Basílio Zanusso; Deputado Cleiton Quiélse e do Deputado Antônio Annibelli, faltando naturalmente da Deputada Emilia Belinati.

A Mesa informa, atendendo ao Requerimento do Sr. Deputado Dr. Rosinha de que apesar do artigo 159 do Regimento Interno estabelecer que o adiamento da votação poderá ser procedido através de Requerimento antes da discussão, mesmo assim a Mesa recebe o seu Requerimento e vai colocar em votação.

Os Srs. Deputados que apoiam o requerimento do Dr. Rosinha, pedindo a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Resolução n° 04/93, permaneçam como estão. Rejeitado.

denominar o projeto de lei, que não

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito de V. Exa. o cumprimento do Artigo 94 do Regimento Interno desta Assembleia, que foi descumprido pela Mesa Executiva desta Casa de hoje tendo portanto a votação ser feita de hoje de hoje, ou seja

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - O Plenário acaba de decidir que esse projeto não sairá da Ordem do Dia.

Está em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n° 4/93 permaneçam como estão.

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT e da Deputada Emilia Belinati. **Encerrada a discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Quero registrar aqui, nesse momento, o meu descontentamento e o meu voto de repúdio ao posicionamento do Deputado Annibelli ontem aqui nesta Casa, quando me xingou com palavras mexendo com a minha mãe e que foi registrada pela imprensa e noticiada pelo "O Estado do Paraná".

Quero dizer a essa Casa que sempre fui um Deputado que teve sempre grande respeito pelo Deputado Annibelli, tanto respeito que tinha pelo Deputado Annibelli que...

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - Sr. Deputado, o Regimento Interno permite a V.Exa. que faça qualquer registro nas Explicações Pessoais, não durante esta fase de apresentação de requerimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI - Mas só quero deixar registrado que não aceito o seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - O Sr. tem o período oportuno para se pronunciar a respeito.

Sobre a Mesa, Requerimento n° 946, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 958 e 940, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 937, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 948, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 942 e 943, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 950, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 951 e 952, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 954, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 947, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 935, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação).

8 Srs. Deputados aprovam.

18 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quórum para votação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento n° 936, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

Requerimento n° 901, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

Requerimento n° 953, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Para oficial, em nome do signatário, conforme o requerido ao setor de expediente.

Queremos comunicar aos Srs. Deputados que logo após o término desta sessão, o Sr. Professor Iglénir João Cavalli, da Universidade Federal do Paraná, estará usando da tribuna, em nome do fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, Seção do Paraná, que falará sobre Projeto de Lei das Patentes, que está em discussão no Congresso Nacional.

Solicitar aos Srs. Deputados interessados em ouvir, que permaneçam em Plenário.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28 à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 041/93, 059/93, 066/93, 088/93, 095/93, 109/93, 116/93, 118/93, 121/93 e 125/93 e do Projeto de Resolução n° 004/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e três, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão de Saúde Pública, com o fim específico de proceder sua instalação e escolha de Presidente e vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Hermas Brandão. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidente e vice-Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Domingos Carvalho e Luiz Antonio Setti para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos para constar eu, Gisele Pacheco, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, a qual após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
Gisele Pacheco - Secretária

ADEMAR TRAIANO
ANTONIO COSTENARO
DOMINGOS CARVALHO
SEVERINO FELIX
LOURENÇO FREGONESE
ALGACI TÚLIO
LUIZ ANTONIO SETTI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA POLÍCIA MILITAR

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 7.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março de ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Senhores Deputados Oswaldo Trevisan, Colombino Grassano, Luiz Henrique Bona Turra, João Preis e Cesar Silvestri. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na sequência foi tomado o depoimento do Coronel Carlos Roberto Cidade, conforme notas taquigráficas em anexo. Durante este depoimento, tendo em vista do mesmo se

prolongar, entrando no horário da oitiva do Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, o Senhor Presidente colocou em votação a transferência do depoimento do Comandante da Polícia Militar para outra data, tal proposição foi aprovada pelo Plenário da Comissão com o voto contrário do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. No final, o Senhor Presidente colocou em votação o calendário dos próximos depoimentos, sendo aprovada, com o voto contrário do Deputado Oswaldo Trevisan, a data de 9 de março para o depoimento do Coronel Luiz Alberto Bueno e para 16 de março o do Coronel Miguel Arcanjo Capriotti. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

(a) FLORISVALDO FIER
Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA POLÍCIA MILITAR

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 8.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Deputados Oswaldo Trevisan, Colombino Grassano, Luiz Henrique Bona Turra, João Iensen, Plauto Guimarães e João Preis, membros da comissão, além dos Deputados Luiz Carlos Zuk, Toti Colaço e Djalma de Almeida Cesar. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na sequência foi tomado o depoimento do Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Comandante da Polícia Militar do Estado, conforme notas taquigráficas. Antes de encerrar, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Toti Colaço e Luiz Carlos Zuk que enalteceram a vida profissional do Coronel Capriotti. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

(aa) FLORISVALDO FIER
Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário
EMILIA BELINATI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA POLÍCIA MILITAR

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Deputados Colombino Grassano, Antonio Annibeli, Cezar Silvestri, Oswaldo Trevisan, João Iensen, Plauto Miró Guimarães, João Preis, Luiz Henrique Bona Turra, membros da Comissão e do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan para que apresente o relatório final dos trabalhos da comissão. Após o parecer do Deputado Oswaldo Trevisan, o Sr. Presidente coloca em discussão o mesmo. Usando a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra fez várias recomendações para serem colocadas no relatório final. O Deputado Colombino Grassano sugere, em seguida, que seja marcada uma nova reunião para que os Srs. Deputados, já de posse de cópia do relatório, possam melhor analisá-lo, antes da votação. O Deputado Florisvaldo Fier passa a direção dos trabalhos ao Deputado Cezar Silvestri, que coloca em votação a proposta do Deputado Colombino Grassano. APROVADA. O Deputado Florisvaldo Fier passa, então, a relatar suas conclusões sobre as investigações realizadas pela comissão. Terminando o relato, o Sr. Presidente, Deputado Cezar Silvestri, coloca em votação a proposta para que se abra um prazo aos Srs. Deputados até as 12:00 horas do dia 26 de abril do corrente ano, para que se apresente sugestões a serem colocadas no relatório final, além de envio de um requerimento de prorrogação dos trabalhos da comissão por mais 10 dias, ao Plenário deste Poder Legislativo. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros da comissão.

(aa) FLORISVALDO FIER - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário

COLOMBINO GRASSANO
EMILIA BELINATI
PLAUTO MIRO GUIMARAES e
1 ilegível

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DA POLÍCIA MILITAR

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 10.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Deputados Colombino Grassano, Emilia Belinati, Luiz Henrique Bona Turra e Plauto Miró Guimarães, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente relata os fatos que ocasionaram a realização da reunião na data de hoje e coloca o nome do Deputado Luiz Henrique Bona Turra para funcionar como relator "ad hoc" tendo em vista o não comparecimento do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO. O Deputado Luiz Henrique Bona Turra estranha o fato e aceita a incumbência de relatar os trabalhos da C.P.I. Em seguida, o Sr. Presidente coloca em votação o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO, com a ressalva da possibilidade de emendá-lo. O Presidente coloca, então, as emendas dos Srs. Deputados em discussão e votação. Emenda n° 01, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, sobre a construção da BARCO. APROVADA. Emenda n° 02, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, sobre as denúncias de enriquecimento ilícito do Cel. Capriotti. APROVADA. Neste momento o Deputado Florisvaldo Fier passa a presidência dos trabalhos ao Deputado Colombino Grassano. Emenda n° 03, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre diárias. APROVADA. Emenda n° 04, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o FUNREBOM. APROVADA. Emenda n° 05, do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o caso Cianorte. APROVADA. Emenda n° 06, de autoria dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier; sobre as denúncias de irregularidades da AVM. APROVADA. Emenda n° 07, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Plauto Guimarães, sobre a substituição do texto do item 7 da página 4. APROVADA. Emenda n° 08, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Plauto Guimarães, sobre substituição do item 8 página 4. APROVADA. Emenda n° 09, de autoria dos Deputados Colombino Grassano e Florisvaldo Fier, sobre o SIATE. APROVADA. Emenda n° 10, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o ALAS. Votação Adiada. Emenda n° 11, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. RETIRADA. Emenda n° 12, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Luiz Henrique Bona Turra, sobre a D-20. APROVADA. Emenda n° 13, de autoria dos Deputados Colombino Grassano e Florisvaldo Fier, sobre

as obras de Santa Terezinha. APROVADA. Emenda n° 14, de autoria do Deputado Plauto Guimarães, sobre o LE DEFI. APROVADA. Emenda n° 15, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o HPM. APROVADA. Emenda n° 16, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre Mauzar/witek. APROVADA. Emenda n° 17, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier, sobre reunião do Hotel Deville. APROVADA. Emenda n° 18, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre as campanhas de arrecadação. APROVADA. Emenda n° 19, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o Ten. Enéquio. APROVADA. Emenda n° 20, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre a AVM. APROVADA. Emenda n° 21, de autoria dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier, sobre outras denúncias. APROVADA. Emenda n° 22, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Emilia Belinati, sobre as contas da residência do Major Witek. APROVADA. Emenda n° 23, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o Sgt. Aparecido. APROVADA. Emenda n° 24, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre a Nota para a Imprensa. RETIRADA. Emenda n° 25, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre estada do Cel. Capriotti no Hotel Deville. APROVADA. Tendo em vista o adiantado da hora, o Senhor Presidente suspende os trabalhos, marcando a continuação dos mesmos para as 14:30 horas. Com os mesmos membros da Comissão e contando com a presença do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, foram reabertos os trabalhos às 15:30 horas. Após reabrir a reunião, o Deputado Florisvaldo Fier passa a presidência ao Deputado Colombino Grassano. Emenda n° 26, de autoria dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier, sobre a BARCO. APROVADA. Retorna a discussão e votação da Emenda n° 10, do Deputado Florisvaldo Fier. DISCUSSÃO ADIADA. Emenda n° 27, de autoria da Deputada Emilia Belinati, sobre diárias. APROVADA. Emenda n° 10, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. APROVADA, com nova redação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Florisvaldo Fier, após reassumir a presidência dos trabalhos, agradece e enaltece o relevante trabalho prestado pelos Senhores Deputados durante a realiza-

ção da Comissão e informa que o relatório final, após feita uma redação final, será entregue na próxima sexta-feira ao Presidente da Assembléia. Para produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

(aa) FLORISVALDO FIER

Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior

Secretário

COLOMBINO GRASSANO

EMILIA BELINATI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

e 1 ilegível

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato dos Projetos de Lei n°s 015/91, 325/92 e 047/93, todos tendo como Relator o Deputado Antônio Costenaro. Na sequência o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Relator que apresente os seus Pareceres. Projeto de Lei n° 015/91, parecer FAVORÁVEL a sua aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei n° 325/92, parecer FAVORÁVEL a sua aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei n° 047/93, parecer FAVORÁVEL a sua aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 19.04.93

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

Rubens Bremer - Secretário